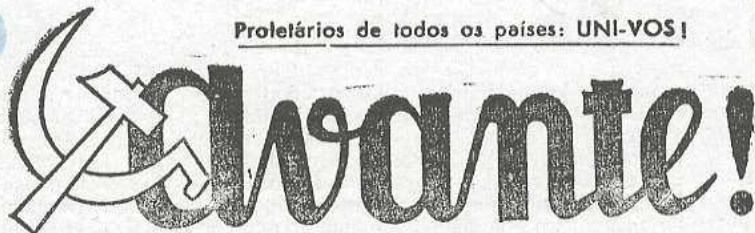


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Lénine insistiu em que a teoria não é um dogma, mas um guia para a acção. A fidelidade aos princípios é inseparável da prática revolucionária. À frente da classe operária e das massas trabalhadoras, o Partido Comunista Português e cada um dos seus militantes comemoraram o centenário do nascimento de Lénine, lutando com entusiasmo e devoção contra a ditadura fascista, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo».

TEXTOS DE LÉNINE SOBRE PORTUGAL

No quadro das comemorações do Centenário do nascimento de Lénine, promovidas pelo PCP, acaba de ser editado e posto à venda pelas «Edições Avante» um folheto com passagens sobre Portugal das Obras de Lénine.

APÓS A BURLA ELEITORAL

NOVA FASE DE LUTA

2. A burla eleitoral
espectacular fracasso do fascismo

Com a burla eleitoral fascista terminou uma importante fase da luta do povo português pela democracia. A classe operária e o movimento democrático registaram grandes sucessos na luta por reivindicações parciais, na acção política, na organização. A demagogia «liberalizante» foi desmascarada. O fascismo perdeu a iniciativa política e mostrou a sua incapacidade para resolver os problemas nacionais. O povo português voltou contra o fascismo a manobra com que este procurava sair da crise, alargar as suas bases, reforçar as estruturas do seu Estado, refrear o descontentamento popular. Deste período, as forças populares saem consideravelmente fortalecidas. O regime sai ainda mais desacreditado, com as suas contradições internas agravadas e o seu campo de manobra restringido. Para a classe operária, o povo português, o movimento democrático, abre-se uma nova fase de luta, sem dúvida difícil e complexa, mas cheia de possibilidades e de perspectivas.

1. A Oposição popular afirmou-se
como grande força na política nacional

No período decorrido desde a designação de M. Caetano para chefe do governo em 27 de Setembro de 1968 até à burla eleitoral de 26 de Outubro de 1969, a luta contra a ditadura fascista conheceu um dos mais importantes ascensos registados em 45 anos de fascismo. Desenvolvendo-se progressivamente nos primeiros meses de 1969 em três frentes principais (a luta reivindicativa da classe operária, a luta política, a luta dos estudantes), o movimento quebrou o imobilismo político e culminou nas grandes acções do período «eleitoral».

A acção popular venceu, ultrapassou e transbordou muitas das restrições que o governo procurou impôr. Ao mesmo tempo que centenas de milhares de portugueses e portuguesas, em amplas assembleias, reuniões, concentrações, manifestações, exigiam a satisfação das reivindicações democráticas fundamentais, muitas posições foram conquistadas pela acção. A classe operária, as forças democráticas não se limitaram a levantar a bandeira das reclamações populares, em exigir liberdades e direitos. Vencendo ameaças, interdições, declarações de ilegalidade e acções repressivas, a luta pelo direito de organização traduziu-se também e fundamentalmente na organização de facto. A luta pelo direito de expressão de pensamento, numa ampla e intensa campanha de propaganda, de esclarecimento, de informação. A luta pelo direito à greve, também na própria greve. As acções empreendidas os passos dados, os êxitos alcançados confirmaram ser esse o caminho justo.

A Oposição saiu, deste período, renovada por milhares de activistas, pela crescente e decisiva participação da classe operária e da juventude na acção política, pelos métodos democráticos instituídos nas estruturas e movimentos, pela vaga de energia e combatividade vinda da base, vinda das massas. Apagou-se, no terreno da luta legal, a tradicional pretensão de representatividade preferencial dos sectores de direita da Oposição. Verificou-se uma nova arrumação das forças antifascistas. Um amplo movimento unitário impôs-se como o indiscutível representante das aspirações populares, visando uma reforma profunda da sociedade portuguesa, confiante no povo e gozando da confiança do povo, bebendo a sua vitalidade e a sua força no apoio e na acção da classe operária e das massas populares.

Ao mesmo tempo que se confirmou neste período o completo divórcio existente entre a camarilha fascista e a nação, a Oposição democrática, a Oposição popular, reafirmou-se como um movimento nacional de massas, como uma realidade na vida portuguesa, como a legítima representante dos interesses e anseios do povo português e da nação portuguesa, como a grande força na política nacional à qual o futuro pertence.

As «eleições» para a Assembleia Nacional, de que os fascistas pretendiam fazer uma grande campanha e uma vitória política, transformou-se num espectacular fracasso do regime e da sua demagogia «liberalizante».

A Oposição, que apareceu a concorrer às «eleições», não foi, tal como desejava o fascismo, uma Oposição legalista e anticomunista, de personalidades separadas do povo, caucionando M. Caetano e caucionada por este, mas um amplo movimento de massas contra o regime, contra a demagogia, contra a burla eleitoral.

Apesar de que o governo tem nas suas mãos e utiliza em seu benefício os recursos da Nação e do Estado, apesar de que dificuldades e limitações de toda a ordem foram postas à actividade da Oposição, a campanha «eleitoral» foi largamente dominada pelas CDE, pelo seu esforço organizativo, pelas suas entusiásticas assembleias e sessões e pela sua corajosa propaganda, em contraste com as declarações vazias da «União Nacional» nas salas quase desertas das suas sessões. A batalha política das «eleições» foi ganha pela Oposição antes do acto «eleitoral».

Os próprios resultados oficiais das «eleições» revelam a burla realizada e constituem tão evidente derrota política do regime e da demagogia «liberalizante», que os fascistas, mal deram os resultados, deixaram de falar neles.

Onde não houve fiscalização e onde, segundo a própria imprensa fascista, a concorrência às urnas foi reduzida, o governo anunciou as mais elevadas percentagens de votantes (cerca de 80% em Bragança, Portalegre, Guarda). Onde houve fiscalização e «extraordinária concorrência», o número oficial de votantes em relação aos inscritos foi o mais baixo (46% em Lisboa e Setúbal, 49% em Leiria e Ponta Delgada). A burla ficou claramente a nua.

Apesar do recenseamento falsificado feito sem qualquer fiscalização; apesar do impedimento da promoção do recenseamento pela Oposição; apesar da inscrição incontrolada e «oficiosa» de 1.800.000 eleitores e eleitores imaginários, em confronto com escassas 28.000 inscrições «requeridas»; apesar da exclusão do recenseamento da massa trabalhadora e da maioria esmagadora dos democratas; apesar da inexistência de fiscalização na quase totalidade das secções de voto, onde os fascistas puderam fazer as tradicionais «chapeladas», — os resultados dão às listas do governo apenas 50% dos «eleitores inscritos», menos de um quarto dos 4.000.000 de portugueses que, à base das leis fascistas, têm direito a voto, e apenas 15% dos portugueses com mais de 21 anos! Os próprios resultados oficiais das «eleições» acusam o isolamento do fascismo, o seu medo do veredicto popular, o seu desrespeito pela vontade nacional, o seu carácter ilegítimo e arbitrário.

O facto de que, mesmo nestas condições, segundo os números que os fascistas se viram obrigados a declarar, votaram pela Oposição 130.000 eleitores (34% dos votantes em Setúbal, 25% em Lisboa e Ponta Delgada, mais de 50% por cento em diversos concelhos e secções de voto) revela o largo apoio da Oposição, mesmo nos sectores limitados e filtrados pelo recenseamento fascista.

A acção desenvolvida, as posições conquistadas, o fortalecimento da Oposição, os próprios resultados da burla eleitoral, confirmam como, na conjuntura política existente, foi justa a concorrência às «eleições», a apresentação de candidatos, a campanha «eleitoral» e a ida às urnas.

A abstenção «eleitoral» defendida, tanto pela burguesia liberal da Acção Democrato-Social, como por certos sectores esquerdistas, teria significado a perda de possibilidades de acção e a substituição da grande actividade desenvolvida pela mera passividade ou por um palavreado pseudo-revolucionário. É caricato que esses sectores, cuja influência de massas mostrou ser insignificante em todo este período de lutas, pretendam agora

(continua na 2.ª pág.)

Nova fase de luta

(continuação da 1.ª pág.)

que a elevada percentagem de «abstenções» é resultado da sua consigna abstencionista! Não se trata de muitas «abstenções», mas da impossibilidade de descarregar livremente votos de eleitores imaginários naquelas circunscrições (respeitantes a mais de 50% das «inscrições» anunciadas pelo governo) onde a Oposição conseguiu impôr a fiscalização.

Toda a actividade desenvolvida pelas forças democráticas em torno das «eleições» fascistas, antes e durante a campanha «eleitoral», até ao último minuto, representa uma grande vitória política que permite, após as «eleições», continuar a luta com novas forças, novas posições, renovada confiança.

3. Uma unidade renovada na acção e para a acção

Um dos objectivos principais da manobra «liberalizante» de M. Caetano era dividir o movimento antifascista, criar uma Oposição inofensiva e colaboracionista e isolar o Partido Comunista Português para separar o conjunto do movimento democrático da sua principal força organizada — a única verdadeiramente revolucionária.

Tal objectivo não foi alcançado, porque os democratas mais conscientes e combativos (comunistas, católicos, socialistas) tiveram força para tomar a iniciativa nas suas mãos e souberam fazê-lo, desmascarando a demagogia «liberalizante», organizando-se, definindo objectivos, desenvolvendo uma acção cada vez mais larga.

Não foi alcançado, porque os sentimentos unitários predominantes, a participação crescente da classe operária e das massas em luta, a batalha ideológica, reduziram a influência, neutralizaram e isolaram progressivamente, tanto os oportunistas de direita da Acção Socialista Portuguesa que, na mira de alcançarem uma legalidade preferencial, procuraram dividir e paralisar o movimento democrático, como os esquerdistas, que faziam o mesmo com outros objectivos.

Em vez de uma unidade fictícia, obtida ao preço de concessões, que afastariam o movimento democrático dos seus objectivos essenciais, o condenariam à passividade e o colocariam a reboque de caciques e personalidades voltadas para manobras de bastidores e para o colaboracionismo, — forjou-se, na acção e para a acção, uma real unidade de correntes políticas sem discriminações assente na unidade da classe operária e das massas populares e no esforço comum e abnegado de milhares de activistas, vindos do povo e ligados ao povo.

Um dos mais ricos ensinamentos deste período de luta foram os continuados insucessos do oportunismo, os desmentidos que a vida foi dando dia a dia às suas apreciações, projectos, previsões e pretensões, o contraste entre o seu progressivo isolamento e o alargamento impetuoso do movimento das CDE. Os oportunistas viram-se ultrapassados e passaram a um segundo plano. Com a apresentação das listas divisionistas, das CEUD, beneficiando da exclusão do recenseamento das massas trabalhadoras, principal base do movimento unitário, sonhavam recuperar na votação, o prestígio que lhes fugia e um argumento para as suas pretensões de supremacia. Novamente se iludiram. No conjunto dos três distritos em que se apresentaram, as CEUD não alcançaram sequer metade dos votos das CDE, e em Lisboa, pouco mais tiveram que um quarto.

Toda a experiência de um ano de luta confirma o caminho a seguir. Reforçando a sua unidade interna; procurando sempre entendimentos para a acção comum com todos os outros antifascistas sem discriminações, o movimento unitário não pode afrouxar o combate contra o divisionismo, o oportunismo de direita e de esquerda, o colaboracionismo — tendências negativas que, embora batidas, não estão mortas e podem mesmo ganhar novas e mais graves expressões no complexo processo de luta que está por diante.

A formação duma renovada unidade forjada na acção popular contra a ditadura e no combate ao oportunismo, é uma das grandes aquisições deste período. Esta unidade é a melhor garantia para a consolidação dos êxitos e posições conquistadas no ano decorrido e para o prosseguimento da luta na nova fase que se abre após a burla eleitoral.

4. A luta pela legalidade continua

As possibilidades de acção aberta, à luz do dia, da Oposição não se esgotaram com a burla eleitoral. Seria erro grave ceder à pressão e ameaças fascistas, descreer das possibilidades de actuação legal, introduzir nas estruturas legais métodos de organização clandestina. Continuam a existir possibilidades reais para que a Oposição democrática imponha a sua intervenção aberta na vida política nacional.

O ano decorrido é fértil de exemplos de interdições fascistas (arbitrárias, anticonstitucionais e ilegais) que o movimento de-

mocrático soube superar e vencer. Antes das «eleições», o governo proibiu as CDE e estas continuaram a desenvolver-se e conseguiram mesmo temporariamente, no período «eleitoral», o reconhecimento oficial da sua legalidade, que não fez aliás mais que confirmar uma situação de facto. Depois das «eleições», voltou a declarar ilegais as CDE e logo no dia 9 de Novembro, num Encontro Nacional, o movimento decidiu prosseguir. Proibiu a coordenação interdistrital e ela realizou-se. Proibiu que se falasse na guerra colonial e falou-se. Impôs a censura prévia de todos os materiais de propaganda, e o movimento onde apoiado pelas massas, ignorou tal proibição. Proibiu comícios na via pública, o uso de altifalantes, o prolongamento das sessões além da meia-noite, mas teve que ceder em muitos casos.

Nas condições da ditadura fascista, o direito à acção legal não se conquista solicitando ao governo o reconhecimento da legalidade. Conquista-se pela própria acção legal, reconhecida ou não oficialmente. A acção legal, porque legal, não precisa de permissão expressa. O direito a prosseguir o movimento conquista-se prosseguindo-o, mantendo e defendendo comissões, estruturas, organismos de direcção, sedes e propaganda, alargando mais e mais a organização, as reuniões, as assembleias, a luta por objectivos imediatos, a acção democrática legal. Quanto mais forte, consolidada e ampla for a organização, quanto maior for a autoridade dos seus organismos de direcção e coordenação, quanto mais íntima for a ligação destes com a base, quanto mais ampla for a acção das massas populares, mais defendido estará o movimento contra as tentativas do fascismo para o reduzir ao silêncio.

A luta pela legalidade continua.

5. Preparar a resposta à demagogia e à repressão

A burla eleitoral não alargou, antes restringiu mais ainda, o campo de manobra do fascismo. A situação criada não lhe permite regressar facilmente ao imobilismo salazarista. O governo de «União Sagrada» de M. Caetano, terá necessidade de prosseguir a demagogia «liberalizante». São de esperar novas medidas, espectaculares na forma sem nada alterar no fundo, com as quais procure refrear a luta, fazendo crer que dá satisfação a reivindicações populares.

A Oposição tem que dar resposta pronta a todas as medidas demagógicas, desmascarando-as e insistindo com maior vigor na luta que tais medidas pretendem paralisar. Respondendo demagógicamente a uma das mais firmes exigências das massas populares, o governo anunciou a 17 de Novembro a «dissolução» da PIDE, mantendo-a de facto com o novo nome de Direcção Geral de Segurança. A cedência aparente dá reforçada legitimidade e deve dar novo impulso à exigência da dissolução de facto, e não em palavras, dessa odiada corporação de torturadores e assassinos profissionais. Se a Oposição se mantiver unida e firme, se continuar corajosamente a luta, se se apoiar nas massas, pode voltar contra o fascismo a sua própria demagogia. Colhido entre o jogo da própria demagogia e a força do movimento popular, o governo será obrigado a fazer reais concessões.

Seria, porém, uma perigosa ilusão pensar que vai ceder posição atrás de posição. Os fascistas não estão dispostos a capitular e têm ainda um poderoso aparelho do Estado, organizado, treinado, armado, preparado e pronto para reprimir os anseios populares. Se, no ano decorrido, o fascismo não recorreu a uma vaga de repressão em grande escala, foi porque pensa tirar benefícios da sua demagogia «liberalizante» (alargar apoios internos e internacionais, desorientar, enganar, dividir, castrar a vontade combativa do povo) e porque uma tal repressão provocaria reacções que pretende precisamente evitar.

As acções repressivas desencadeadas ao longo de todo o ano mostram, porém, como, sob a luva branca da «liberalização», se esconde a garra afiada do fascismo.

O movimento democrático, a classe operária, o povo português têm de opôr à repressão fascista uma sólida e corajosa unidade, a força organizada, a acção das massas, a solidariedade activa, ampla e massiva do movimento a qualquer sector atingido. Só assim poderão conservar e reforçar as posições conquistadas, defender o direito à intervenção na vida política, alcançar novos sucessos e prosseguir vitoriosamente a luta.

6. A luta reivindicativa da classe operária

No ano decorrido, aproveitando a conjuntura favorável, a classe operária lançou-se corajosamente à ofensiva, travou grandes lutas e alcançou importantes êxitos. Além da satisfação, embora insuficiente, de muitas reivindicações, entre as quais o aumento de salários, as lutas reivindicativas da classe operária tiveram

(continua na 5.ª pág.)

UM NOVO PASSO EM FRENTE

CRIADO O MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

As delegações democráticas de 14 distritos do continente e de 2 Ilhas (Funchal e Ponta Delgada) reunidas no VII Encontro Nacional Democrático, no passado dia 25 de Novembro, tomaram a decisão de criar o Movimento de Oposição Democrática (M.O.D.).

Do comunicado desta importante reunião destacaremos alguns pontos:

— Tendo por finalidade básica trabalhar pela politização e intervenções políticas concretas do povo português, as delegações presentes ao VII Encontro Nacional organizaram-se no M.O.D.;

— O M.O.D. declara-se permanentemente aberto à adesão de todas as correntes e organismos democráticos;

— O M.O.D. tende a generalizar uma estruturação sobre grupos de base, quer ao nível de freguesias e concelhos, quer correspondentes a grupos profissionais e a outros grupos de características e finalidades específicas;

— O M.O.D. adoptará uma estrutura de coordenação que assegure a autonomia dos grupos de base, sem prejuízo de os apoiar e estimular;

— A orientação e direcção do M.O.D., à escala nacional, incumbem aos «Encontros Nacionais» a realizarem-se normalmente de 2 em 2 meses.

Num outro ponto salienta-se que funcionará um secretariado permanente que terá apenas funções coordenadoras e executivas.

A importante decisão de criar o M.O.D. representa, sem dúvida nenhuma, um novo passo em frente do movimento nacional democrático. A sua consolidação e a intensificação da luta democrática em todos os terrenos depende, porém, em grande parte da maneira como actuar o organismo coordenador e executivo nacional, isto é, o Secretariado Permanente do M.O.D.. Se ele souber dinamizar, sugerir, tomar a iniciativa de actos, aplicar métodos democráticos de trabalho, informar regular e correctamente as Comissões distritais e movimentos específicos, o movimento marchará em frente fortalecendo-se alargando-se.

Claro está que a uma tal actividade terá de corresponder a acção dinâmica, virada para as massas populares, das Comissões distritais, concelhias, de fregue-

sia, socio-profissionais, etc.

O alargamento e fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores, em especial numa base sindical, da juventude e das mulheres sempre na base da acção pelas suas reivindicações concretas e imediatas, darão sem dúvida alguma ao movimento democrático, ao M.O.D., a força e o dinamismo para a sua acção presente e futura pelas reivindicações democráticas do povo português e pelo seu desenvolvimento e fortalecimento orgânico à escala nacional.

Será pela acção contínua, acção virada para os interesses e anseios das largas massas populares, e não pela espera dum qualquer dádiva do governo caetanista, que o M.O.D. conseguirá impôr-se de facto à luz do dia como uma força política nacional.

Ora, parece-nos já uma grave deficiência que o Secretariado Permanente, assim como as Comissões Distritais e outras não tenham popularizado, por meio de dezenas de milhares de folhas volantes, o acontecimento da criação do M.O.D. e, mais grave do que isso, que não se tenham tomado medidas práticas para pôr em movimento, na base das resoluções tomadas no VII Encontro Nacional, todos os activistas democratas.

Se as coisas não são levadas imediatamente ao conhecimento do maior número, das massas populares, se não se realizam reuniões mais ou menos amplas para discutir os problemas que se colocam e decidir sobre eles, tudo se tornará mais difícil por falta de apoio das massas, o movimento correrá o risco de se fechar sobre si próprio, o que não pode suceder.

POR UMA JORNADA POPULAR NO DIA 8 DE MARÇO

Aproxima-se o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Jornada festiva e de luta, o seu significado deverá ser compreendido e sentido pelas massas femininas e pelos mais variados sectores do povo português.

Para as combatentes antifascistas e todas as mulheres progressistas, a preparação das comemorações desta data histórica é uma exaltante tarefa a que urge lançar ombros. Em amplas reuniões, nos principais centros e cidades do País, as iniciativas a desenvolver devem ser discutidas sem demora para que o Dia 8 de Março deste ano constitua um importante passo na luta pelos direitos da mulher e da criança, pela Amnistia, pela Paz, pela Liberdade.

As forças democráticas no seu conjunto, e particularmente a juventude, estarão sem dúvida ao lado das mulheres dando a estas comemorações uma nova expressão e amplitude.

Que por toda a parte, e designadamente nos centros operários e em todos os locais de trabalho, o Dia 8 de Março seja assinalado pelas mulheres, pelos trabalhadores, pela juventude, pelo povo português em geral.

Pelas mais variadas formas de acção, façamos do Dia Internacional da Mulher uma verdadeira jornada popular!

Morreram Alves Redol e César Anjo

O movimento democrático perdeu dois destacados militantes.

Escritor progressista de grande projecção, ALVES REDOL soube aliar à sua obra literária uma assídua e consequente actividade política. Fez parte da Comissão Central do MUD e da Comissão de Escritores deste Movimento, além dum constante participação em numerosas acções democráticas. Conheceu a repressão policial e os cárceres fascistas.

Numa derradeira homenagem ao grande escritor e democrata, cerca de 10.000

O povo português toma nas suas mãos a defesa dos presos políticos.

O lançamento dum campanha nacional pela Amnistia anunciada recentemente pelo Movimento de Oposição Democrática teve o mais favorável acolhimento entre os vários sectores da população. Uma petição dirigida à Presidência do Conselho foi subscrita por 15.795 pessoas exigindo a Amnistia total aos presos e exilados políticos. Interpretando uma profunda aspiração do povo português, o Movimento de Oposição Democrática apresentou a mesma reclamação num documento dirigido aos presidentes do Conselho e da Assembleia Nacional.

De diferentes sectores — regionais, profissionais, etc. — têm surgido outras iniciativas no mesmo sentido: um abaixo-assinado com 1.500 assinaturas pela libertação de Jorge Araújo; centenas de assinaturas, sobretudo de engenheiros, pela libertação de Blanqui Teixeira; centenas de assinaturas pela libertação de Octávio Pato, e muitas outras.

Pedindo a dissolução da Pide e a libertação dos presos políticos, cerca de 70 padres de várias dioceses enviaram telegramas aos presidentes da República e do Conselho e ao ministro do Interior.

Pressionados pela pujança e pela amplitude nacional deste movimento, alguns deputados fascistas na Assembleia Nacional foram forçados a levantar o problema da Amnistia e a denunciar algumas das múltiplas arbitrariedades cometidas pelas autoridades policiais contra os direitos fundamentais dos cidadãos. Dias depois, 8 advogados de Viana do

AMNISTIA!

Apoio massivo à campanha nacional em curso

Castelo enviaram um telegrama ao presidente daquela Assembleia insistindo na necessidade de ser impedido o interrogatório dos detidos sem a presença de advogado. Ao mesmo tempo, outro telegrama reclamando a Amnistia recolhia assinaturas naquela cidade.

Entretanto, os cárceres fascistas continuam a privar do sol da liberdade muitos dos mais abnegados defensores do povo português. Ao contrário do que foi dito por deficiente informação no número anterior do «Avante», as militantes Fernanda Tomás e Rosalina Labaredas continuam encarceradas no Forte de Caxias, ao arbitrio dos esbirros fascistas.

As torturas, os maus tratos, as desumanas condições prisionais durante anos sem fim continuam a ser os métodos preferidos das forças policiais numa premeditada tentativa de aniquiamento físico e mental dos presos políticos.

João Honrado, preso pela 2.^a vez há já 8 anos, sofre de graves perturbações nervosas. Submetido ao mais completo isolamento no sinistro anexo da Penitenciária, o seu estado agrava-se perigosamente dia a dia.

Manuel Pedro, preso em Maio do ano passado, foi submetido à tortura do sono durante 11 dias e noites consecutivos e a bárbaros espancamentos por agentes da Pide. Com intuítos criminosos, foram-lhes dados comprimidos que o deixaram num estado de prostração, com paralisia dos membros e falta de controle muscular.

Com a saúde arruinada por longos anos de cárcere, condenados a prisão perpétua sob o infernal mecanismo das «medidas de segurança» estão dezenas de presos políticos, como Pires Jorge, Octávio Pato, Dias Lourenço, Blanqui Teixeira, José Magro, José Carlos, Domingos Abrantes e tantos outros.

Procurando confundir os presos políticos com criminosos que não merecem clemência e é preciso punir, M. Caetano não conseguiu iludir o povo português que se ergue cada vez mais decidido a quebrar as grades e as algemas fascistas.

No ano de 1970, cada português digno desse nome, cada homem, cada mulher, cada jovem, deverá ser um combatente pela nobre causa da Amnistia! Só assim se poderão abrir de par em par as portas das prisões políticas!

numa manifestação antifascista. Apesar desta atmosfera repressiva, milhares de vozes reclamaram em coro: «Abaixo a Pide», «Abaixo o Fascismo», «Amnistia», «Liberdade!»

CÉSAR ANJO, conhecido médico de Viseu, com uma vasta bibliografia sobre medicina social, esteve sempre presente activamente em todas as iniciativas do movimento democrático. Apesar das perseguições policiais, nunca desistiu do seu posto de combate, mantendo-se sempre fiel aos seus ideais políticos ao longo de cerca de 30 anos de luta. O seu funeral, em que se integraram cerca de mil pessoas, na sua maioria jovens e democratas, foi também uma expressiva demonstração antifascista.

Como trabalhadores intelectuais e como cidadãos, Alves Redol e César Anjo puseram todas as suas energias ao serviço da causa da Democracia, do Progreso e da Liberdade.

MORREU VOROSHILOV

Morreu Klementi Voroshilov, marechal da União Soviética, antigo ministro da Defesa e Presidente do Presidium do Soviets Supremo.

Companheiro de luta de Lênina, teve uma activa participação na Grande Revolução Socialista de Outubro, tendo-se revelado um talentoso chefe militar durante a guerra civil contra os exércitos czaristas e seus aliados imperialistas e, posteriormente, contra as tropas hilerianas.

Revolucionário ardente, Voroshilov recebeu 8 vezes as insígnias da «Ordem de Lênina», 6 vezes as da «Ordem da Bandeira Vermelha» e, além de muitas outras recebeu 2 vezes a mais alta condecoração da sua Pátria: a de «Herói da União Soviética».

O «Avante!» manifesta ao PCUS e ao povo soviético o seu profundo pesar pela perda do grande revolucionário que foi o camarada Klementi Voroshilov.

A classe operária em acção

Contra a desenfreada exploração patronal e a subida constante do custo de vida, a classe operária prossegue com determinação a sua luta pela satisfação das suas justas reivindicações. Em muitas empresas, os trabalhadores fortalecem a sua unidade e organização constituindo comissões e ante a sua determinação de passarem a novas formas de acção conseguem fazer ouvir a sua voz.

— OS VIDREIROS DA MARI-NHA GRANDE continuam o movimento de «cera» ao nível das empresas, recusando-se a assinar o novo Acordo Colectivo de Trabalho proposto pelo Grémio. Realizam reuniões, com vista à elaboração dum Caderno Reivindicativo e discutem a passagem a formas superiores de acção. Os operários metalúrgicos e dos plásticos têm manifestado em várias acções a sua solidariedade aos seus camaradas vidreiros.

— Descontentes com os baixos salários, cerca de 200 operários da CIRA (empresa de malhas de Castanheira do Ribatejo), na sua maioria mulheres, recorrem igualmente à «cera» provocando uma redução geral da produção.

— Num movimento de protesto e solidariedade com 2 camaradas idosos que não foram abrangidos por um pequeno aumento, também passaram ao trabalho lento os operários da UFA, no Layradio

— Com a PARALISACÃO de hora e meia na BAPTISTA RUSO (Lisboa), em sinal de protesto contra o pagamento à quinzena, os operários conseguiram a continuação do pagamento à semana.

— Numa PARALISACÃO de meia hora no PARQUE DE ENCHIMENTO DO GÁS ODLA (Rosário-Moita), 150 operários reclamam aumento de salários.

— Fizeram GREVE durante uma semana os trabalhadores do MATADOURO DE SANTARÉM, protestando contra os baixos salários.

— No DIÁRIO DE NOTÍCIAS, perante a determinação dos operários do turno da noite (cerca

de 100), que fixaram o dia 14 de Novembro para termo da espera de aumento de salários avisando que não pegariam no trabalho no dia seguinte, o patronato foi forçado a receber uma delegação do pessoal comunicando-lhe a concessão do aumento de 20% a partir daquele dia.

— Na UCAL. (Loures) onde os motoristas e distribuidores dos camiões se mostravam dispostos a ir para a greve se o aumento fosse unilateral, foi-lhes prometido o aumento reclamado.

— Na CIMENTOS TEJO (Alhandra), em resultado da acção dos trabalhadores, que haviam fixado um prazo para a Administração responder às suas reivindicações, foi afixado um edital informando que os salários seriam actualizados e que os operários teriam outras regalias a partir de Janeiro.

— Na EFACEC (Porto) verificando que os trabalhadores se dispunham a passar a formas superiores de luta, a empresa foi forçada a dar aumentos que vão de 1400 a 2150 por hora.

— Na COMPANHIA NACIONAL DE ELECTRICIDADE (Baixo Ribatejo), os trabalhadores elegeram a sua Comissão que logo enviou uma exposição reivindicativa à Administração para a qual recolheu centenas de assinaturas.

— Uma comissão reivindicativa constituída por 7 mulheres foi igualmente constituída no CENTRO BIOLÓGICO DE OEIRAS.

— Na SONAFI (S. Mamede de Infesta), através dum exposição com 420 assinaturas, os operários reclamaram melhoria das suas condições de trabalho. Verificando que muitas das suas reivindicações não eram atendidas, os trabalhadores voltam a manifestar o seu descontentamento. Cerca de 100 operários ameaçam abandonar o trabalho se não forem colocados caloríferos forçando a gerência a prometer que esta reivindicação seria imediatamente satisfeita.

DELEGAÇÃO DO P.C.P. NA CHECOSLOVÁQUIA Comunicado

Uma delegação de estudo do Partido Comunista Português, conduzida pelo seu secretário geral, camarada Álvaro Cunhal, esteve em princípios de Dezembro na República Socialista da Checoslováquia. Faziam parte da delegação os camaradas José Vitoriano, membro do Secretariado do CC do PCP, o camarada Joaquim Gomes, membro do CC, e a camarada Catarina Mendes, colaboradora do CC.

Durante a sua estada em Praga, a delegação foi recebida pelo 1.º secretário do Partido Comunista da Checoslováquia, camarada Gustav Husak, pelo Presidente da Comissão para a Direcção do Trabalho do Partido nos Regiões Checas, camarada Lubomir Strougal, e pelo membro do Presidium do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, camarada Vasil Bilak.

Durante uma breve visita a Bratislava, a delegação foi recebida pelo 1.º secretário do CC do Partido Comunista da Eslováquia, camarada Stefan Sadovsky, e por outros dirigentes do Partido eslovaco.

A delegação visitou a fábrica «Tatra» em Bratislava. Ao fim da visita, realizou-se um encontro do secretário geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, com os jornalistas de Praga, na qual o secretário geral do PCP explicou os difíceis condições de luta dos comunistas portugueses, assim como as perspectivas do desenvolvimento político

em Portugal. Durante todos os encontros e entrevistas, que decorreram numa atmosfera de cordialidade e de camaradagem, constatou-se uma plena identidade de vistas, nas opiniões concernentes aos problemas fundamentais do Movimento Comunista e Operário internacional. A delegação do Partido Comunista Português exprimi o seu apoio solidário aos esforços da Direcção do Partido Comunista da Checoslováquia, visando consolidar a situação na República Socialista da Checoslováquia no que estão interessados todos os partidos irmãos. Os representantes do Partido Comunista da Checoslováquia manifestaram à delegação portuguesa o agradecimento pela sua posição de princípio, assegurando-lhe a sua plena solidariedade com a luta conduzida pelo Partido Comunista Português contra a ditadura fascista, pela instauração dum governo democrático em Portugal, pelo Socialismo.

Rádio Moscovo

em língua portuguesa
Todos os dias das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 horas, nas bandas de 51, 41 e 39 metros.
A voz da União Soviética

Adiante, por direcções sindicais honestas!

A luta pela actualização dos Contratos Colectivos de Trabalho intensifica-se nos Sindicatos e alarga-se a novos sectores profissionais, a par da luta por direcções honestas, contra as ilegalidades dos agentes do patronato e do fascismo nelas incrustados.

— No Sindicato dos Têxteis do Porto, os operários reclamam num abaixo-assinado com 700 assinaturas a realização dum Assembleia Geral para que seja discutida a normalização da vida sindical e o novo projecto do C.C.T. elaborado pela classe. A lista eleita pelos trabalhadores há mais de um ano foi posteriormente anulada com o arbitrário adiamento das eleições pelo Instituto Nacional de Trabalho. O Presidente da Comissão Administrativa imposta pelo governo diz agora aos trabalhadores que a Assembleia Geral não pode realizar-se por existirem «anomalias» na direcção. Tudo deixa prever que também aqui, tal como aconteceu recentemente no Sindicato dos Profissionais da Propaganda Médica, na Comissão Administrativa se tenham anichado refinados gatunos da confiança do governo e dos exploradores capitalistas.

— No SINDICATO DOS METALÚRGICOS E METALOMECÂNICOS DO PORTO, os operários perseguem a sua luta pela homologação da lista eleita pela classe em 26 de Fevereiro do ano passado. Além de várias insistências junto do INT, de que se destaca um abaixo assinado com 184 assinaturas, foi também dirigida uma exposição ao ministro das Corporações com 631 assinaturas. Uma lista inimiga da classe, que a Comissão Administrativa está preparando, não pode deixar de ser energeticamente repudiada pelos trabalhadores. Estes acabam de reclamar a realização dum Assembleia Geral extraordinária num abaixo assinado com 721

assinaturas, a fim de ser discutida a revisão do C.C.T., propondo-se apresentar as bases de discussão para o novo Contrato.

— No Sindicato dos empregados de escritório da indústria metalúrgica do Porto, depois dum reunião com mais de 100 trabalhadores para discutir o C.C.T. por que vêm lutando há 20 anos, realizou-se nova reunião para insistir na sua rápida assinatura.

— As contrapropostas do CCT apresentadas nos Sindicatos dos metalúrgicos e Electricistas foram aprovadas em reuniões de 2 secções da TAP, representando cerca de 1.200 trabalhadores.

— Os operários da Lanifícios Tejo (Alenquer) fazem diligências no Sindicato com vista a um novo C.C.T.

— Reunidas em assembleia geral extraordinária na sede do Sindicato das Costureiras do distrito de Lisboa, cerca de centena e meia de trabalhadoras discutiram os seus problemas e o texto dum novo A. C. T.

— No Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do distrito do Porto, as parceiras dos Serviços Médico-Sociais discutem os seus problemas de classe.

— Os Profissionais Hoteleiros do Sul discutem o projecto do novo A.C.T.

Trabalhadores! Estamos em pleno período de eleições para as direcções nos Sindicatos. Em amplas reuniões e assembleias, escolhei para as vossas listas unitárias, homens e mulheres honrados, combativos e fiéis à classe! Adiante, por direcções honestas nos Sindicatos!

Quantias recebidas dos amigos do Partido

Abaixo o fascismo	28\$00	Idem Castro	1,000\$00	povo	1,000\$00	Idem	240\$00
Idem	18\$00	Cholokov	10\$00	Lénine	20\$00	Rifa	50\$00
Alberto	100\$00	Idem	10\$00	Liberdade (A)	45\$50	R. vermelho	35\$00
Alfredo Dinis	50\$00	Idem	10\$00	Idem (A)	100\$00	Idem	39\$00
Idem	50\$00	Idem	10\$00	Liberdade An-		Idem	40\$00
Idem	50\$00	Comerciante		gelo Veloso	50\$	Reforma	
Álvaro	50\$00	amigo	100\$00	Lula constru-		agrária	100\$00
Cunhal	20,000\$00	Idem	200\$00	ção civil	200\$00	Rumo à	
Idem	5,000\$00	« comunista	250\$00	Madalena de		vitória	500\$00
Idem (F)	1,500\$00	Companheiro	200\$	Oliveira	1,500\$00	Saudações co-	
Idem	40\$00	Comunista até	2,000\$00	Manuel Ro-		munistas	800\$00
Além da cota	400\$00	« morte		drigues da		Serradura	100\$00
A minha	500\$00	Continuar		Silva	400\$00	Idem	100\$00
ajuda	300\$00	para além das		Idem (F)	20\$00	Serrano	5,000\$00
Idem	300\$00	eleições	24,000\$	Medicina so-		Serra ver-	
Amigo sin-	100\$00	Democracia	2,000\$	cializada	100\$00	melha	1,200\$00
cero do P.	100\$00	« Socialista	200\$00	Idem	100\$00	Idem	100\$00
Assim foi		Dias Lourenço	10\$00	Milhões	100\$00	Idem	100\$00
temperado		Domingos	5\$00	Idem	150\$00	Simplicitate	
o aço	162\$50	Idem	5\$00	« Ribeiro (F)	50\$00	do PCP	100\$00
Idem	151\$50	Idem I	5\$00	« Milhão R.	150\$00	Idem	100\$00
Arquimedes	10\$00	Idem II	5\$00	Niameyer	40\$00	Sofia	200\$00
Idem	10\$00	Idem III	5\$00	Idem	40\$00	Sofia Ferreira	500\$
Idem	10\$00	Idem IV	5\$00	Idem	40\$00	Idem	100\$00
Augusto		Dois amigos	UF 40\$	Uma luta em		prol do cam-	
Lindolfo	50\$00	Extra	88\$00	No bom		pinatino	10,000\$
Idem	50\$00	Fraternidade	40\$00	Os socialistas	20\$00	Um comunista	
Idem	50\$00	Idem	40\$00	« Os dois so-		(pequeno	
Avante!	150\$00	G.D.A.	765\$00	cialistas	20\$00	industrial)	100\$00
« pela liber-		Glória a		Idem	20\$00	Um simpá-	
dade (X)	20\$00	Lénine	250\$00	Octávio Pato	150\$00	tzante	30\$00
« metalúrgi-		Gogol	10\$00	Idem	600\$00	Hizande a	
cos I	10\$00	Idem	5\$00	melho	20\$00	acção	10\$00
Ave	200\$00	Idem	5\$00	Panova	20\$00	Idem	100\$00
Ave	200\$00	Ho Chi Minh	200\$	Idem	20\$00	Unidade de-	
Ave	200\$00	Idem	100\$00	Idem	20\$00	mocrática	150\$00
Beira ver-	1,000\$00	Idem	30\$00	Pela demo-		« na acção	5\$00
malha	50\$00	Idem	25\$00	cracia	50\$00	Velho mili-	
Belzebú	50\$00	Iniciativa	50\$00	lismo	200\$00	tante	200\$00
Bom amigo	300\$00	José Gregó-		Pelo socia-		Idem	150\$00
Idem	100\$00	rio	3,000\$00	Pires Jorge (C)	500\$	Venceremos	170\$00
Canaís Rocha	10\$00	Idem	1,000\$00	Por uma ver-		Idem	150\$00
Idem	10\$00	Justiça do		dadeira de-		Vidreiro ver-	
				mocracia	437\$00	melho	15\$00
				Povo na re-		Viva a	
				volução	140\$00	liberdade	30\$00
				Presos po-		Idem	30\$00
				líticos	100\$00	Idem	30\$00
				Ramos de		7 de No-	
				Almeida	50\$00	vembro	1,000\$00
				Região de		?	600\$00
				Carvalho	100\$00		
				Idem	170\$00	TOTAL:	71,940\$50

NOTA: Recebemos de Can. para os presos políticos 1.000 FM

Nova fase de luta

(continuação da 2.ª pá.)

um carácter e repercussão políticos excepcionais.

As greves e outras lutas operárias constituíram a primeira grande resposta organizada do povo português à demagogia «liberalizante» de M. Caetano. Deram um decisivo impulso para a dinamização do movimento democrático e o reforço da unidade antifascista. Foram o ponto de partida para a participação crescente dos trabalhadores na luta política, participação que acabou por ser determinante nos meses que antecederam a burla eleitoral.

Inserindo-se, ao longo do ano, na ofensiva do movimento democrático, a luta reivindicativa operária adquiriu um novo e exaltante significado político. A 6 dias da burla eleitoral, na greve dos ferroviários a 20 de Outubro que, com magnífica organização e admirável unidade, paralisou durante uma hora os caminhos de ferro na capital e numa grande parte da rede e as oficinas dos principais centros.

O agravamento das condições de vida, a política marcelista de congelamento de salários, a alta geral dos preços, os aumentos dos transportes, a ameaça do aumento do preço do pão, impõem a intensificação e alargamento da luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses vitais. Condições muito favoráveis estão criadas pelo agravamento da crise do regime, a demagogia «liberalizante», a amplitude do movimento político, o estímulo que resulta das vitórias e progressos alcançados.

O patronato e o governo continuarão a utilizar a repressão mais brutal contra as legítimas aspirações dos trabalhadores, tal como fizeram recentemente contra os operários da Lisnave.

A espontaneidade, a falta de unidade e de uma sólida organização têm conduzido em alguns casos a severas derrotas. Só a formação de comissões apoiadas pelos trabalhadores, a criação de outros organismos que se tornam necessários para cada fase de luta, a unidade, combatividade e decisão, a coordenação e unificação, amplos movimentos de solidariedade de classe, que se impõem tanto mais quando mais a luta se agudiza — podem fazer face à resistência patronal e à repressão fascista e conduzir os trabalhadores à vitória.

O patronato e o governo associam a repressão com promessas vagas. Procuram adiar, enganar, quebrar a vontade combativa, dividir, corromper, para, adiante, enfraquecido o movimento, recusarem abertamente a satisfação das reivindicações apresentadas. Os trabalhadores não se deixarão iludir. Exigirão o cumprimento das numerosas promessas de aumentos feitas para o fim do ano. Continuarão a luta até à satisfação das suas reivindicações.

A luta pelas reivindicações económicas associa-se com frequência crescente às reclamações de ordem política, como o direito à greve e a liberdade sindical. O seu elevado significado político mantém-se. A luta reivindicativa da classe operária continua sendo uma das principais frentes de combate contra a ditadura fascista.

7. Os objectivos políticos imediatos no momento actual

Caíam uma vez mais por terra as ilusões daqueles que pensam poder pôr-se fim à ditadura fascista através de «eleições» que esta mesma organiza e controla. Tomar futuras «eleições» fascistas como o objectivo fundamental da acção democrática seria aceitar como missão do movimento democrático fazer de quatro em quatro anos uma breve aparição na vida política, seria capitular ante o fascismo e conformar-se com a sua eterna existência, seria desiludir as esperanças e a confiança de milhares de activistas e das amplas massas populares. É justo que a Oposição democrática se prepare desde já para o próximo recenseamento e para as próximas «eleições» das Juntas de Freguesia. É justo que, nessa base, desenrola uma arca para a acção e se esforce por consolidar a sua efectiva e constante intervenção, à luz do dia, na vida política nacional. Mas a luta no terreno «eleitoral» fascista não só não pode ser considerada o objectivo central do movimento democrático, como não pode ser considerada o único ou mais importante objectivo imediato.

Na fase actual, para dotar o movimento democrático do exercício político e da força organizada que lhe permita empreender e travar ulteriormente as batalhas decisivas, é indispensável a luta pelos seguintes objectivos:

- 1) pela liberdade de associação, de expressão do pensamento, de reunião, de manifestação, de greve e sindical;
- 2) pela abolição da censura e pelo direito de informação;
- 3) pelo reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática e das suas organizações e meios de propaganda;
- 4) pela libertação de todos os presos políticos, pelo regresso dos exilados, pela abolição das «medidas de segurança», pelo inquérito aos crimes fascistas e abusos de autoridade,

pela dissolução da Legião Portuguesa e pela dissolução efectiva da PIDE, agora escondida sob o nome de «Direcção Geral de Segurança»;

- 5) pela gestão democrática das organizações de massas, designadamente dos Sindicatos Nacionais e Associações de Estudantes;
- 6) pela satisfação das reivindicações económicas da classe operária e das massas laboriosas, relativas a salários, a preços, a impostos;
- 7) pelo fim imediato da guerra colonial, insistindo na urgência de estabelecer contactos e negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique;
- 8) por uma viragem na política externa na base de relações pacíficas com todos os povos;

Não se trata apenas de objectivos a expôr ou de reclamações a fazer. Trata-se de objectivos que devem animar toda a acção. Para os atingir, impõe-se chamar as massas à luta, criar as mais diversas organizações e movimentos.

A partir de iniciativas em curso e do positivo trabalho já realizado, estão maduras as condições para a criação de alguns grandes movimentos nacionais:

— Um movimento nacional da juventude. Possibilitado pelo destacado papel dos jovens trabalhadores nas lutas do ano decorrido e sobretudo durante a campanha «eleitoral», à qual transmitiram a força do seu entusiasmo e dinamismo; possibilitado também pela energia do movimento estudantil, ainda que este tenha sido prejudicado pela influência negativa das tendências esquerdistas; — o movimento nacional da juventude pode tornar-se uma poderosa força na luta pelas aspirações fundamentais da juventude portuguesa.

— Um movimento nacional das mulheres que impulsionado pela larga participação feminina nas lutas económicas e políticas, pode transformar-se num poderoso elemento de acção na luta pelas liberdades democráticas, contra a guerra colonial, em defesa das reivindicações das mulheres portuguesas.

— Um movimento nacional pela Amnistia que, animado pela ampla adesão das massas a esta reivindicação e pelo impulso dado nos últimos meses à luta para a libertação dos presos políticos, tem favoráveis perspectivas para atingir o seu objectivo.

— Um movimento sindical que, tendo como base as lutas reivindicativas nas empresas e nos Sindicatos Nacionais, estimulado pelo amplo desmascaramento do sindicalismo fascista, tem condições para empreender uma larga ofensiva na luta pelas liberdades sindicais e para arrancar os Sindicatos Nacionais das mãos dos agentes do patronato e do governo.

A realização destas tarefas representará um extraordinário impulso a todo o movimento democrático.

* * *

Os acontecimentos ocorridos desde a formação do governo de M. Caetano comprovam o papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido — o Partido Comunista Português — na luta contra a ditadura fascista e pelas aspirações das largas massas do povo. A vida confirmou a análise que o PCP fez da situação política e da demagogia «liberalizante» assim como as perspectivas e a orientação que definiu.

Forçado há 43 anos a uma rigorosa clandestinidade, ferozmente perseguido, privado de muitos dos seus melhores quadros encarcerados nas prisões fascistas, — o PCP cumpre com honra os seus deveres para com os trabalhadores, o povo, o movimento democrático.

Ao lado dos comunistas, ombro com ombro, lutam homens, mulheres, jovens, de todas as tendências, unidos pelas mesmas aspirações comuns e empenhados num mesmo combate.

Na actualidade, são tarefas comuns tornar indestrutível a unidade alcançada, reforçar a organização, prosseguir, ampliar e elevar a um nível superior a acção política e as lutas de massas, transformar o movimento democrático numa irresistível torrente revolucionária. Esse é o caminho que conduzirá à batalha final, ao derrubamento do fascismo, à conquista da liberdade.

Dezembro de 1969.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



A Lei de Meios para 1970 E A POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO (nota da Comissão Política do C.C. do P.C.P.)

1. A Lei de Meios para 1970 contém a primeira exposição sistematizada da política económica do governo de Marcelo Caetano. Este reafirma-se como mero agente e mandatário dos grandes grupos monopolistas associados ao imperialismo estrangeiro.

A política económica, que o governo anuncia, é uma política antipopular e antinacional, inteiramente determinada pelo capital financeiro, a cujos objectivos de acumulação e de lucro são sacrificados os interesses das classes laboriosas e da nação portuguesa.

2. É sombrio o quadro da situação económica que o próprio governo é obrigado a reconhecer: uma economia instável e sem uma base sólida tanto na indústria como na agricultura; um desenvolvimento nacional sofrendo passivamente as incidências tanto da expansão como das dificuldades económicas e monetárias dos grandes países imperialistas; a estagnação dos investimentos; o retrocesso absoluto da produção agrícola; uma capacidade não utilizada a que corresponde a limitada procura interna; um desequilíbrio entre a expansão dos serviços e a contracção dos sectores produtivos. O equilíbrio financeiro é baseado em fontes externas (superlucros coloniais, importações de capital estrangeiro, turismo, remessas de emigrantes) e em esmagadoras cargas tributárias e obtido assim ao preço do baixo nível de vida das massas populares, da acentuação da desigualdade da «repartição dos rendimentos», da exploração dos povos coloniais, da entrega dos recursos e da mão-de-obra ao imperialismo estrangeiro, do agravamento da fragilidade relativa e da dependência das bases da economia nacional.

A situação retratada na Lei de Meios e a política económica definida acusam que o governo de M. Caetano, sacrificando os interesses do povo e da nação aos interesses e ambições dos grupos monopolistas e do imperialismo estrangeiro, é incapaz, pela sua natureza de classe, de resolver qualquer dos grandes problemas que defronta a economia nacional.

3. A defesa dos interesses dos monopólios e a acentuação do domínio por estes de toda a vida económica evidenciam-se com directriz central da política económica do governo.

O governo propõe-se impulsionar ainda mais a centralização e a concentração através de medidas de coação económica, financeira e administrativa. O «incentivo» e «apoio» a iniciativas de fusões e absorções de empresas e a anunciada revisão do condicionamento industrial não terão outro objectivo. O aumento de benefícios e isenções fiscais às grandes empresas fortalecerá a posição dominante do capital financeiro, com pretexto na necessidade do reforço da sua capacidade de competição nos mercados interno e externo. A supressão do regime fiscal das acumulações aumentará os réditos da burguesia monopolista, com pretexto na necessidade de remunerar justamente e incentivar a competência da direcção e da gestão. O estímulo às «associações de exportadores» visa conferir o monopólio de facto do comércio externo aos grandes grupos monopolistas e criar novas e graves dificuldades de escoamento e venda aos sectores não-monopolistas.

Procurando tornar mais eficiente e operativa a política do governo, que é seu mandatário, os monopólios preparam-se

para dar um decidido impulso à absorção ou liquidação das pequenas e médias empresas.

4. Com a política económica anunciada, será reforçado o CAPITALISMO MONOPOLISTA DO ESTADO, cujas, a aliança directa do poder político do Estado com o poder económico dos monopólios, a mobilização dos dinheiros públicos para auxílio directo às grandes empresas, a conversão do Estado num instrumento de centralização, administração e coordenação dos grupos monopolistas.

A chamada «política de investimento» do governo (a «realização directa dos certos investimentos pelo sector público» e a intensificação da participação do Estado no capital das empresas privadas) significa que o Estado chamará a si os investimentos em sectores de menor rentabilidade (em que a iniciativa privada não se mostra interessada) para servir com eles os sectores que asseguram ao capital financeiro mais elevados lucros.

O novo regime do crédito industrial, a mobilização das pequenas economias para serviço dos bancos e grandes companhias, as reformas fiscais, o dirigismo dos preços, acentuarão ainda mais o carácter de classe do Estado e do governo, o seu papel como instrumentos do capital monopolista.

5. A submissão ao imperialismo estrangeiro, embora o governo se esforce por ocultá-la, revela-se com suficiente nitidez. Negando (nas palavras há tempo proferidas por M. Caetano) que as posições dominantes do imperialismo sejam «actos de colonialismo económico», o governo prepara novas isenções fiscais e novas facilidades de exportação de lucros aos monopólios estrangeiros. Dirigindo a canalização do capital externo para o «investimento industrial», continuará a entregar ao imperialismo sectores básicos da economia portuguesa, que ficará cada vez mais na dependência e sob a supervisão e direcção dos interesses estrangeiros.

6. A acentuação do processo de concentração na agricultura é indicada como direcção principal da política agrícola.

Anunciando o objectivo da reorganização das estruturas no sentido do aumento considerável da dimensão das explorações agrícolas, o governo anuncia o propósito de liquidar centenas de milhares de pequenas e médias explorações.

A formação de «cooperativas» agrícolas, tal como o governo as anuncia, significarão a subordinação das pequenas e médias explorações aos interesses dos grandes capitalistas e dos grandes agrários, no que respeita aos preços, ao escoamento dos produtos, ao mercado interno e às exportações. Tais «cooperativas» serão apenas grandes empresas capitalistas ou organismos de controle monopolista, dominando, asfixiando, liquidando ou observando a pequena e a média lavoura.

Através de investimentos, da direcção superior da política agrícola, da chamada «industrialização dos produtos agrícolas», reforçar-se-ão ainda mais as posições do capital financeiro na agricultura.

7. A exploração desenfreada da classe operária e das massas laboriosas continua a ser uma constante da política fascista.

O governo insiste na necessidade da diminuição do preço do custo para reforçar a capacidade competitiva das empresas portuguesas ante a concorrência estrangeira. Uma vez que (dada a diminuição da formação bruta de capital fixo e a resistência aos investimentos produtivos) o aumento da produtividade se verificará num processo lento, a diminuição do preço de custo será, no imediato, obtida fundamentalmente pelo pagamento da força de trabalho a mais baixo preço, pela maior intensidade do trabalho, pela congelação dos salários, pela alta dos preços. No mesmo sentido agir a política de atracção de capitais estrangeiros através da oferta de mão-de-obra barata.

A política económica do governo conduzirá, num futuro próximo, à descida dos salários reais e ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

8. Ao prosseguimento da criminalidade, a nossa guerra colonial continuará a ser sacrificada (em pri-

meiro lugar na «ordem de precedência») grande parte dos recursos da nação, indispensáveis entretanto para o desenvolvimento independente da economia nacional e o melhoramento das condições de vida das mais largas massas populares, hoje condenadas à subalimentação, ao nível de vida mais baixo da Europa, ao alojamento em habitações miseráveis, ao obscurantismo.

A guerra colonial não só é um criminoso empreendimento condenado à derrota, não só tende a criar um irremediável abismo entre o povo português e os povos de Angola, Guiné e Moçambique que conduzem uma justa luta pela liberdade e a independência, não só sacrifica as vidas da nossa juventude e cobre de lama o nome de Portugal, como corroi toda a economia portuguesa, impede o seu desenvolvimento independente, submete-a cada vez mais ao imperialismo.

9. As massas populares, o movimento democrático, tem de opor firme resistência à política económica anunciada nos seus traços gerais na Lei de Meios.

Impõe-se desmascarar amplamente o carácter antipopular e antinacional da política económica do governo de M. Caetano; intensificar a luta por aumento de salários e contra a alta dos preços e dos impostos; organizar a resistência contra os privilégios, arbitrariedades e planos monopolistas; desenvolver a luta patriótica contra a dominação de Portugal pelo imperialismo estrangeiro; intensificar a acção para que seja reconhecido de facto aos povos das colónias portuguesas o direito à autodeterminação.

Impõe-se o desenvolvimento das acções de massas com objectivos concretos, o fortalecimento orgânico do movimento democrático, a unidade na acção das classes e camadas antimonopolistas.

Cada vez se revela com mais clareza que a luta para pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade tem de ser ao mesmo tempo a luta para liquidar o poder dos monopólios e pôr termo à submissão de Portugal ao imperialismo estrangeiro. A grande tarefa na actual etapa da revolução não é apenas substituir uma forma de governo, substituir o governo fascista por um outro governo «liberal», «democrático», ou «social-democrata» igualmente ao serviço dos monopólios, mas, derrubando o fascismo, liquidar definitivamente o poder dos monopólios, nacionalizar os bancos, transportes, minas e outros sectores básicos da economia nacional, realizar a reforma agrária entregando a terra a quem a trabalha, realizar uma transformação profunda da sociedade portuguesa ao serviço do povo e da independência nacional.

10 de Dezembro de 1969

A Comissão Política do
Comité Central do
Partido Comunista Português

O recenseamento. Uma batalha que é preciso travar

Em referências públicas recentes, os dirigentes fascistas atribuem grande importância política ao recenseamento. Mal avisados andariam os democratas, em especial os trabalhadores, se substituíssem este facto.

O fascista Américo Tomás declarou no passado dia 2 de Dezembro na chamada Assembleia Nacional ser necessário aperfeiçoar o sistema do recenseamento. Uma tal referência não foi casual, em certa medida procurou-se com ela mitigar o fracasso político sofrido pela camarilha governante nas últimas «eleições». Com o «aperfeiçoamento» do sistema de recenseamento procurarão o governo de M. Caetano e a sua «União Nacional» arranjar as coisas de maneira ainda mais favorável à prática de falcatruas e barlas.

É dever, pois, dos democratas de todos os quadrantes travar a batalha política do recenseamento no próprio terreno do adversário. Agitando freneticamente o espantinho da guerra civil e agitando terríveis cataclismos para o povo e o País, M. Caetano berrava no seu discurso de 23 de Outubro passado: «Pior do que tudo será a abstenção». Ora a baixa percentagem de votantes registada nas «eleições» foi um facto incontestável devido a dois factores: primeiro, porque em muitos lados onde a Oposição pôde fiscalizar, os fascistas não puderam fazer as habituais chapelas e descargas dos cadernos eleitorais; segundo, porque milhares e milhares de portugueses recendo ser reconhecidos a votar pela Oposição e sofrer as consequências represálias, tomaram pura e simplesmente a decisão de não votar.

Na aranga de 17 de Dezembro passado, M. Caetano pretendeu justificar o fracasso do regime na batalha política das «eleições» atribuindo-o a um recenseamento deficiente que, disse, é preciso corrigir. Não dizer do malabarista Caetano, o recenseamento falsificado pela camarilha fascista não após ano para servir os seus desejos, ter-se-ia afinal virado contra o regime. Seria caso para rir às gargalhadas se não se tratasse dum problema político sério. Não restam dúvidas que o governo caetanista visa organizar um recenseamento ainda mais viciado do que os anteriores.

Cerca de 3 milhões de portugueses não estão inscritos e devem sê-lo. Não se trata, evidentemente, de ter quaisquer ilusões sobre o resultado de eleições organizadas pelo governo fascista e muito menos de que o derrubamento da ditadura possa resultar de tais eleições. Trata-se, isso sim, de travar mais uma batalha política pela liberdade, batalha que implica a imediata organização de comissões específicas para orientarem e coordenarem nas fábricas, em todos os locais de trabalho, nas escolas, nas ruas, bairros e localidades as acções a realizar e as iniciativas a tomar, como aberturas de sedes para receber todos que precisarem e querem ser esclarecidos, propaganda escrita e falada com indicações precisas sobre as formas de se recensearem e os objectivos políticos que se pretende alcançar.